

José Saramago: “Auschwitz não está fechado, está aberto”

Carlos Nogueira
Universidade de Vigo

Resumo: Neste artigo, discuto o alcance da palavra “Auschwitz” e das expressões “campos de concentração” e “campos de morte” na escrita e nos depoimentos do escritor português José Saramago (Prémio Nobel de Literatura 1998), que desde o seu primeiro livro (*Terra do pecado*, de 1947) procurou explicações para a natureza do mal extremo, não apenas uma representação (e uma apresentação) dos seus efeitos.

Palavras-chave: José Saramago – Auschwitz – campos de concentração – campos de morte – mal.

1. O fenómeno Auschwitz na mundividência saramaguiana

Desconheço se José Saramago (1922-2010) leu palavras como estas de Susan Neiman, no livro *O mal no pensamento moderno*: “Auschwitz foi conceptualmente devastador porque desvendou uma possibilidade na natureza humana que tínhamos a esperança de não ver” (Neiman 284. O original, em língua inglesa, é de 2002). O autor de *Ensaio sobre a cegueira* acompanhou, com certeza, a discussão internacional sobre as origens e os significados do fenómeno Auschwitz, e sobre a culpa coletiva, ou não, do povo alemão (e sobre a culpa coletiva de outros povos noutros holocaustos, como os crimes portugueses em África, tratados na crónica “O fator Deus” e numa passagem do romance *Manual de pintura e caligrafia*). Saramago esteve atento a esta questão e nela participou com intervenções que são avisos bem mais valiosos do que muitas das controvérsias filosóficas e outras mais banais a que assistimos de tempos a tempos. A palavra “Auschwitz” e a expressão “campos de concentração” não são raras nas declarações e na escrita diarística de José Saramago, que não tinha uma opinião propriamente ingénuo e otimista sobre o ser humano (como grupo e como indivíduo), como sabemos. O termo pode ser usado por Saramago num sentido literal e metafórico, como nesta declaração de 2002: “Auschwitz não está fechado, está aberto, e suas chaminés continuam soltando a fumaça do crime que se comete a cada dia contra os mais frágeis. E [...] eu não quero ser cúmplice, com a comodidade do meu silêncio, de nenhuma fogueira” (Gómez Aguilera 372). O vocábulo também surge no pensamento saramaguiano numa aceção

propriamente literal, a remeter para lugares concretos. No volume II dos *Cadernos de Lanzarote* (1995), a propósito de uma visita do escritor à República Checa, lê-se, na entrada de 14 de maio de 1994:

Fomos a Terezín, a cidade que os alemães transformaram em gueto, a fortaleza de que fizeram campo de concentração. Cerca de 32 000 homens e mulheres passaram pelas celas do forte. Morreram aí mais de 2500 pessoas, milhares de outros presos tiveram o mesmo destino nos campos para onde foram transferidos. A própria cidade-gueto foi campo de concentração, de judeus checos principalmente. Entre 1941 e 1945, perto de 140 000 pessoas foram deportadas para Terezín. Morreram aqui 34 000. Dos restantes, 83 000 vidas, incluindo milhares de crianças, foram acabar em Auschwitz, Maidanek, Treblinka... Visitámos o cemitério judeu, construído ao lado do crematório. De 1942 a 1945, estes fornos reduziram a cinzas 30 000 vítimas do gueto de Terezín, da fortaleza e de um campo de concentração próximo, o de Litomerice.

Os pássaros cantam nas árvores, não sai fumo da chaminé, há flores pelo meio das campas: o pesadelo terminou há cinquenta anos. Mas eu não posso impedir-me de perguntar: “Voltará? Não voltará? Virão máquinas algum dia a levantar e revolver os míseros restos aqui enterrados? Apagou-se para sempre o fogo onde se quis queimar, não apenas os corpos mortos, mas a própria memória dos seus espíritos?” (*Cadernos* 116).

Sobre o dia 16 de maio, ainda com as imagens de Terezín bem presentes, José Saramago escreveria: “No avião para Madrid, um jornal diz-me que no Ruanda foram atiradas pessoas para dentro de poços com pneumáticos a arder. Pessoas vivas, entenda-se. O catálogo de horrores deste campo de concentração chamado Mundo é inesgotável” (*Cadernos* 117). Esta máxima, mais uma a acrescentar às muitas outras de Saramago, é, em si mesma, uma resposta à questão que o escritor colocou a si próprio em Terezín. Retenho este pensamento e também a pergunta de José Saramago sobre se o Holocausto se repetirá ou não e aproximo-os destas palavras de David Rousset, filósofo francês que escreveu, em 1945, quatro meses depois de ser libertado de Buchenwald (cito a sequência final do livro *L’Univers Concentrationnaire*, publicado ainda em 1945):

L’existence des camps est un avertissement. La société allemande, en raison à la fois de la puissance de sa structure économique et de l’âpreté de la crise qui l’a défaits, a connu une décomposition encore exceptionnelle dans la conjoncture actuelle du monde. Mais il serait facile de montrer que les traits les plus caractéristiques et de la mentalité S.S. et de soubassements sociaux se retrouvent dans bien d’autres secteurs de la société mondiale. Toutefois, moins accusés et, certes, sans commune mesure avec les développements

connus dans le grand Reich. Mais ce n'est qu'une question de circonstances. Ce serait une duperie, et criminelle, que de prétendre qu'il est impossible aux autres peuples de faire une expérience analogue pour des raisons d'opposition de nature. L'Allemagne a interprété avec l'originalité propre à son histoire la crise qui l'a conduite à l'univers concentrationnaire. Mais l'existence et le mécanisme de cette crise tiennent aux fondements économiques et sociaux du capitalisme et de l'impérialisme. Sous une figuration nouvelle, des effets analogues peuvent demain encore apparaître. Il s'agit, en conséquence, d'une bataille très précise à mener. Le bilan concentrationnaire est à cet égard un merveilleux arsenal de guerre. (Rousset 186-187)

2. O fenómeno Auschwitz na prosa e na poesia saramaguianas

A participação de Saramago no debate interminável sobre o Holocausto – o genocídio cometido pelos nazis contra os judeus e outros grupos étnicos, políticos e sociais, e todos os outros holocaustos, antigos, modernos e contemporâneos, literais e metafóricos – está plasmada em toda a sua obra. Sabemos já, desde *Levantado do Chão* (1980), que a palavra do narrador múltiplo saramaguiano é irreverente, caudalosa, sagaz, e não teme acusar com recurso ao palavrão, à linguagem dita obscena (e fora da cena literária, regra geral). Esta poética, que nada tem de condescendente nem de moralismo hipócrita, revela as mentiras e as contradições do poder, a força da propaganda e a facilidade com que as massas se podem deixar manipular. Nesta escrita não há lugar para a ininteligibilidade do mal, que é o que de mais visível existe. Saramago não impõe fórmulas sobre o mal, que pode chegar muito longe e saldarse na violência mais brutal; mas não abdica de o identificar e de o compreender até certo ponto, de o mostrar nos seus pormenores mais invisíveis e, se vistos a alguma distância ideológica e cronológica, grotescos. Condenar os agentes do mal não é dar uma definição maniqueísta da humanidade, nem significa cair no erro comum de associar homens como Hitler e Salazar a qualquer ideia demoníaca (isso seria, em parte, considerá-los inocentes); é responsabilizar as instituições e a espécie humana tanto pela construção e pela perpetuação do mal como pelo seu esquecimento e pela inércia individual e coletiva perante os sinais que anunciam catástrofes mais ou menos semelhantes às ocorridas no passado. Mostrar, em linguagem literária, a barbárie, as suas origens e as suas formas é preencher os vazios, os silêncios e os silenciamentos do discurso historiográfico canónico e da desmemória coletiva. Revelar o risível e o obsceno que se escondem por detrás de absurdas perspectivas heroicas e imperialistas: é esta uma das técnicas que Saramago trabalha com uma mestria ímpar. Salazar (e também Mussolini e Hitler) é o rei-impostor que *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984), como uma praça pública carnavalesca (Bakhtin 146-147), desmascara e ridiculariza diante de todo o mundo, como na sátira menipeia:

Mas há entre os nossos portugueses muita sede de martírio, muito apetite de sacrifício, muita fome de abnegação, ainda no outro dia foi dito por um destes senhores que mandam em nós, Nunca mãe alguma, ao dar à luz um filho, pode atirá-lo para um mais alto e nobre destino do que o de morrer pela sua terra, em defesa da pátria, filho duma puta, estamos a vê-lo a visitar as maternidades, a apalpar o ventre às grávidas, a perguntar quando desovam, que já vão faltando soldados nas trincheiras, quais, ele o saberá, também podem ser projetos para o futuro. (*O ano da morte* 305-306)

Imediatamente a seguir à Segunda Grande Guerra, muitos sobreviventes dos campos de concentração e de morte e comentadores disseram e escreveram que não nos tornámos mais mais sábios nem sequer mais sensatos com Auschwitz. Por muito olhar para o mundo, onde se morria (e morre) em todo o lado, José Saramago elegeu como lema de vida e de escrita a oposição a todos os poderes exercidos sem regulação e extremadamente. Apesar das críticas, diretas ou veladas, que o “leitor confiante e otimista” (*Deste mundo* 180) lhe endereçava, Saramago assumiu falar e escrever sobre os assassinados no passado, no presente e nos mortos do futuro, sobre “os gritos dos torturados” (Fonseca 18) pela PIDE, que atuava “às ocultas” (Fonseca 18), sobre os gritos que nos chegam da História mais e menos recente, como os dos incontáveis corpos crucificados pelos romanos, gritos que nos avisam de novos e inimagináveis males, reais hoje e possíveis amanhã. Como Primo Levi, que em vários depoimentos lembrou que não faltava quem o censurasse por continuar “a falar-nos de horrores” (*Auschwitz* 91), Saramago, antes de construir grandes romances sobre o mal, escrevia alguns autênticos e memoráveis tratados sobre o mal. “O planeta dos horrores”, a que também se ajusta perfeitamente o termo manifesto, é um desses textos (entre outros, não menos incisivos e criativos, como “Os animais doidos de cólera”, que analisarei num outro capítulo). A quem o acusava (e acusa) de ser pessimista e, até, “masoquista” (*Deste mundo* 180), José Saramago respondia com factos que eram, em plena Guerra Fria, do conhecimento geral e comum:

Gosto da luz do dia, da claridade, do aperto de mão de um amigo, de uma boa palavra reconfortante, gosto da esperança, amo o amor, amo a beleza das coisas e das pessoas (que todas são belas) — mas tudo isto me pode ser tirado de um momento para o outro. Em todo o mundo há mísseis apontados para todo o mundo, por cima do mundo cruzam-se aviões com bombas nucleares capazes de derreter o mundo, em certos sítios do mundo estão guardadas bactérias suficientes para exterminar a vida em todo o mundo. O planeta dos horrores de mr. Hyde é este, amigo leitor, confiante leitor, talvez ingénuo leitor. (*Deste mundo* 180-181)

Tanto “mundo”, palavra que o autor usa propositadamente seis vezes na mesma frase, para tão pouco mundo, como hoje é por demais evidente (não, ao

menos ainda, pelo efeito de bombas atômicas à escala global, mas pela ação de um inimigo literalmente viral e pandémico que nós criámos; e pelo efeito de guerras um pouco por todo o mundo, sobretudo no Sul, tanto propriamente militares como as de organizações criminosas: narcotráfico, exploração ilegal de matérias-primas, caça ilegal, etc.). No final da crónica, Saramago acrescentava à sua resposta uma síntese da história de crimes da humanidade e um aviso: o de que nos mantemos teimosamente distraídos. Por mais que a banalização do horror nos diga que se trata apenas da morte e do sofrimento longínquos do Outro, de 1971 até aos nossos dias este aviso tem-se confirmado em não poucos cantos do planeta (até a “guerra nuclear”, não propriamente dita, mas como ameaça séria, da Coreia do Norte e da Rússia ao Irão e aos Estados Unidos da América):

Guerra nuclear, guerra bacteriológica, guerra química, guerra biológica. Destes quatro cavalos do Apocalipse, cavalgue o Diabo o que quiser. O corpo do homem é uma excelente cobaia. O espírito, também. Já passou por todas as torturas antigas, medievais e modernas, já uivou em campos de concentração, já se volatilizou no clarão cegante de uma modesta bomba atômica, já deu a pele para quebra-luzes melhores que pergaminho. Está treinado e preparado para mais altas aventuras.

O planeta dos horrores... Se eu tivesse ambições de escritor de ficção científica, ia ali à Propriedade Intelectual e Artística e registava este excelente título... Ou este, mais para livro policial, que não é pior: *A Morte Paga a Pronto*. Como se vê, imaginação não me falta. Como não falta também àqueles que querem que a morte pague a pronto — e por atacado. Ah, leitor, leitor, como nós andamos distraídos. (*Deste mundo* 181-182)

Esta crónica está em perfeita sintonia com algumas composições de *Os poemas possíveis*, sobretudo com “Os inquiridores”, “Demissão” e “Fala do Velho do Restelo ao astronauta”, incluídas na segunda parte do livro, “Poema a boca fechada”. São poemas políticos, de matriz materialista histórica, suficientemente argutos para iludirem ou confundirem a Censura (e para serem percebidos pelos destinatários privilegiados). Como na crónica “O planeta dos horrores”, também nestes poemas é o “mundo” que o poeta visa, o mundo globalmente considerado, sem dúvida, mas não menos o mundo português. Ainda assim, apesar deste jogo de ambiguidades, é fácil de perceber que José Saramago e a Portugália Editora se arriscavam, pelo menos, a ver o livro apreendido e proibido:

Demissão

Este mundo não presta, venha outro.
Já por tempo de mais aqui andamos
A fingir de razões suficientes.

Sejamos cães do cão: sabemos tudo
 De morder os mais fracos, se mandamos,
 E de lamber as mãos, se dependentes. (*Os poemas* 74)

“Os inquiridores” é um poema de proclamação ostensivamente acusatória, uma sátira que reduz o outro à mais abjeta condição: a do parasitismo, metáfora e imagem do prazer perverso do mal, da cedência às pulsões de cobiça, riqueza e poder. Mais uma vez, a palavra “mundo”, apresentada também no primeiro verso, protege Saramago dos ímpetos de perseguição da Censura e da PIDE, que procuraram reduzir o jornalismo, a cultura, a literatura e todas as formas de arte a “jogos de almanaque de passar o tempo ao serão” (Fonseca 18), como escreveu Manuel da Fonseca no “Prefácio” da edição de 1982 do romance *Cerromaior* (1943):

Está o mundo coberto de piolhos:
 Não há palmo de terra onde não suguem,
 Não há segredo de alma que não espreitem
 Nem sonho que não mordam e pervertam.

Nos seus lombos peludos se divertem
 Todas as cores que, neles, são ameaças:
 Há-os castanhos, verdes, amarelos,
 Há-os negros, vermelhos e cinzentos.

E todos se encarniçam, comem todos,
 Concertados, vorazes, no seu tento
 De deixar, como restos de banquete,
 No deserto da terra ossos esburgados. (*Os poemas* 70)

Os dois primeiros versos de “Fala do Velho do Restelo ao astronauta” anunciam igualmente um poema de realismo exacerbado, um ato de revolta contra o “mundo” (termo que aparece de novo, embora mais no final), contra a realidade desigual e injusta, contra o imenso campo de concentração e de morte que o planeta é: “Aqui, na Terra, a fome continua. A miséria, o luto, e outra vez a fome” (*Os poemas* 70). Entre 1961 e 1966, mais de três dezenas de astronautas puderam ver a Terra desde uma nave espacial. Saramago, cujo esforço especulativo sempre se orientou por questões práticas de igualdade e dignidade para todos, nota, em versos desesperados de denúncia, o radical contraste entre a aspiração ao mais alto e a mais baixa condição humana: a da pobreza, da morte, da violência, num tempo em que conflitos militares como a Guerra do Vietname e a Guerra Colonial portuguesa não permitiam que o homem e escritor em formação se reconciliasse com a realidade. Daí o sujeito do poema se chamar “Velho do Restelo”, ou Saramago, que se dirige ao “astronauta”, destinatário que também compreende, como na crónica “O Planeta dos Horrores”,

o leitor desatento e otimista, esquecido das ideologias totalitárias de direita e de esquerda, das duas guerras mundiais e de outros conflitos bélicos mais localizados mas não menos destrutivos, da ameaça nuclear, do Terceiro Mundo sempre e cada vez mais empobrecido, dos danos ambientais:

Aqui, na Terra, a fome continua.
A miséria, o luto, outra vez a fome.

Acendemos cigarros em fogos de napalme
E dizemos amor sem saber o que seja.
Mas fizemos de ti a prova da riqueza,
E também da pobreza, e da fome outra vez,
E pusemos em ti sei lá bem que desejo
De mais alto que nós, e melhor e mais puro

No jornal, de olhos tensos, soletramos
As vertigens do espaço e maravilhas:
Oceanos salgados que circundam
Ilhas mortas de sede, onde não chove.

Mas o mundo, astronauta, é boa mesa
Onde come, brincando, só a fome,
Só a fome, astronauta, só a fome,
E são brinquedos as bombas de napalme. (*Os poemas* 76)

2.1. “Auschwitz” n’O *Ano de 1993*

Livro que “refletia um país onde o fascismo ainda não desaparecera” (Gómez Aguilera 2010: 289), segundo palavras do autor, *O ano de 1993*, publicado em 1975, contém já, porventura ainda de modo não totalmente consciente e assumido por José Saramago, toda a sua descrença em relação ao humano. Como George Orwell em *1984*, Saramago apropria-se de um ano do calendário e nele situa a figuração de um mundo apocalíptico. Na parte do poema 19 que cito a seguir, destaca-se o termo “Auschwitz” e a numeração dos prisioneiros, essa violência “gratuita em si mesma, uma pura ofensa” (*Os que sucumbem* 137), segundo Primo Levi, que pergunta: “não bastavam os três números de pano cosidos nas calças, no casaco e no capote invernal?” (*Os que sucumbem* 137). A resposta do autor de *Os que sucumbem e os que se salvam* (1986), um dos mais importantes ensaios sobre o Holocausto e a natureza do ser humano e do mal, é inequívoca: “Não, não bastavam: era preciso mais um, uma mensagem não verbal, para que o inocente sentisse escrita na carne a sua condenação” (*Os que sucumbem* 137). No mundo concentracionário desta narrativa em prosa poética,

a numeração a que são sujeitos os habitantes da cidade ocupada é inscrita na testa: na carne, como nos campos de concentração e de extermínio nazis, mas também numa parte visível da cabeça. Este é apenas um aspeto entre outros que confirmam a arrebatadora originalidade temática, verbal, imagética e simbólica desta alegoria de Saramago. O autor dialoga com o mundo empírico e com o mundo ficcional, e constrói um universo que tem tanto de pavoroso como de real e verosímil, sem deixar de ser alegórico:

Quando os habitantes da cidade se tinham já habituado ao domínio do ocupante

Determinou o ordenador que todos fossem numerados na testa como no braço se fizera cinquenta anos antes em Auschwitz e outros lugares

[...]

O próprio vocabulário sofrera transformações e haviam sido esquecidas as palavras que exprimiam a indignação e a cólera

Deste modo os habitantes da cidade se acharam numerados de 1 a 57 229 porque a cidade era pequena e fora escolhida para experimentação entre todas as cidades ocupadas

Dois meses depois o ordenador registava valores de comportamento e diferentes estados de espírito consoante o número que havia cabido a cada habitante

[...]

Ninguém reconhecia autoridade a quem tivesse número superior ao seu o que explica que o 57 229 comesse com os cães e tivesse de masturbar-se porque nenhuma mulher queria dormir com ele

Os habitantes de 1 a 9 consideravam-se chefes da cidade e vestiam segundo as modas do ocupante

Mas o primeiro deles mandou fazer um aro de ouro que suspendia sobre a testa como sinal de poder e autoridade e hoje basta este sinal para que todas as cabeças se curvem a partir de 2 (*O ano de 1993* 45-46)

No poema que estou a comentar (o 19), há, no grupo de oprimidos, uma inversão contínua na ordem do domínio de uns sobre os outros. Os nove primeiros são os chefes da cidade, como se lê na citação anterior, e o primeiro é o líder absoluto (semelhanças com o tempo da escrita de *O Ano de 1993* e com o nosso tempo não são simples coincidência). Em vez de se revoltarem, lutam uns contra os outros, sem se aperceberem da estratégia ditada pelo computador dos ocupantes, e impedem ou atrasam o processo de aprendizagem coletiva da revolta. Este procedimento é típico de qualquer sistema mais ou menos autocrático, do salazarismo aos totalitarismos nazi e comunista:

Porém só o ordenador sabe que estes números são provisórios e que dentro de vinte e quatro horas todos se apagarão para reaparecerem por ordem inversa

Processo tão bom como animais mecânicos para prosseguir o extermínio da população ocupada

Pois todas as humilhações serão retribuídas cem por um até à morte

Enquanto os ocupantes se distraem nos espetáculos que para seu uso ainda funcionam (*O ano de 1993* 46)

Não me é difícil evocar as primeiras impressões que a primeira leitura deste poema me suscitou: Kapos em ação, vítimas contra vítimas, imprudência e desistência perante a ofensa e a ocupação, como aconteceu a milhões de judeus, humilhados e dizimados porque muitos se recusaram a aceitar os avisos que outros souberam perceber. Esta receção, por sua vez, tem subjacente as muitas leituras que fiz (e faço) sobre o Holocausto. Neste caso, há um livro em particular: *Auschwitz, A Doctor's Witness Account* (1960), de Miklos Nyiszli, médico judeu que se manteve vivo por ter sido nomeado pelo infame Josef Mengele patologista de investigação e médico-chefe dos crematórios de Auschwitz. Bruno Bettelheim – que foi deportado com outros judeus austríacos para os campos de concentração de Dachau e Buchenwald, nas vésperas da Segunda Grande Guerra, e que emigrou para os Estados Unidos, em 1939, logo após ter sido libertado graças a uma amnistia – escreveu o prefácio que acompanha este que é um dos livros mais conhecidos sobre o Holocausto. É sobretudo este texto, cuja tese tem sido aplaudida por uns e rejeitada por muitos, que retenho e me interpela. Bettelheim vê na inércia da maioria dos judeus, tanto antes como depois dos campos de concentração, a origem da tragédia. Para se explicar em termos mais científicos, Bruno Bettelheim refere-se a essa atitude como princípio da inércia: “It was inertia that made hundreds of thousands of Jews sit home, waiting for their executioners, when they were restricted to their homes” (Bettelheim 12). Não subjaz a esta afirmação um julgamento sumário, mas antes uma vontade de compreender por que motivo tantos judeus não fizeram o que a outros se impôs como uma evidência e uma urgência: emigrar, fugir, viver com documentos falsos, atuar em grupos de resistência. As leis discriminatórias destinavam-se a fazê-los sair da Alemanha (e a deixar os seus bens), e só quando este método falhou é que se instituiu a política de exterminação, entretanto facilitada pela resignação das próprias vítimas:

But one wonders whether the notion that millions of Jews (and later foreign nationals) would submit to their extermination did not also result from seeing what degradation they were willing to accept without fighting back. The persecution of the Jews was aggravated, slow step by slow step, when no violent fighting back occurred. It may have been Jewish acceptance, without retaliatory fight, of ever harsher discrimination and degradation that first gave the SS the idea that they could be gotten to the point where they would walk to the gas chambers on their own. (Bettelheim 14-15)

O poema 19 do livro de Saramago começa por nos dizer que a numeração dos habitantes se verificou quando eles estavam já acostumados ao “domínio do ocupante” (*O ano de 1993* 45), quando, portanto, já haviam desistido de lutar. A consequência direta da submissão aos invasores, inimigos da liberdade e da autodeterminação, consubstancia-se em vários *topoi* (que a crítica literária e interartística de *O Ano de 1993* tem vindo cada vez mais a assinalar e a compreender): a “cidade ocupada”, a “peste”, a “natureza devastada”, os animais-ciborgue, a caça de humanos, a falta de nascimentos e o nascimento, por fim, de uma criança, etc. (numa palavra: o colapso da civilização e o retorno à barbárie, tema por excelência de muita ficção científica e de obras mais ou menos do cânone Ocidental, como *A praga escarlata*, de Jack London, publicado em 1912 e que situa a ação, em cujo centro está uma pandemia, em 2013. Perante este ano, o comentário óbvio é que o escritor americano errou por muito pouco na datação da sua profecia). A estes elementos juntam-se outros que associamos imediatamente a George Orwell, a começar pelo “olho de vigilância o olho que não dorme nunca” (*O ano de 1993* 28), o equivalente do aparelho (uma “teletela”) que em 1984 existe em cada casa, aberta vinte e quatro horas por dia ao *Grande Irmão*. Há ainda a perda total ou parcial da linguagem (a novíngua orwelliana, neste último caso) e da capacidade de ler, o estado de sítio, a tortura, as violações, o uso perverso da tecnologia e da ciência (o “ordenador” central e outros “ordenadores”, que funcionam com carne humana).

Se pensarmos numa grande parte do mundo não-livre dos nossos dias, onde se morre das formas mais dolorosas e humilhantes, [*O Ano de*] 1993 é hoje. O final do livro, relativamente otimista, com a organização da resistência por parte do povo ocupado, a partir do poema 24, e a libertação, no penúltimo poema, não nos deve desviar da essência do argumento. O ato premonitório de Saramago não se resume a uma mensagem de esperança ingénuo e voluntarista; o que nele prevalece vem da observação da errância da história da humanidade e da volubilidade das condutas humanas, da facilidade com que o ser humano cede à ambição de poder, a impulsos e a sentimentos que se tornam insaciáveis (prazer, vingança, destruição, morte, etc.). Num evidente contraste com o telurismo do poema 29, o poema 30 recupera, nas quatro sequências finais, o motivo e a simbologia da sombra com que se conclui o poema 1. O cenário de ecotopia e de luminosidade exaltante e surreal que se desenha no penúltimo andamento (o 29) – “O dia amanheceu numa terra livre por onde corriam soltos e claros os rios e onde as montanhas azuis mal repousavam sobre as planícies// A mulher e o homem voltaram à cidade deixando pelo chão um rasto de sete cores lentamente diluídas até se fundirem no verde absoluto dos prados// [...]// Entretanto o arco-íris tem voltado todas as noites e isso é um bom sinal” (*O ano de 1993* 68-69) – opõe-se à síntese distópica do poema final, que resume o conteúdo (opressão / libertação) da narrativa do livro e toda a história da humanidade (acumulação de catástrofes e de trevas com alguma luz e benignidade pelo meio):

Uma vez mais os lugares desconhecidos os lugares de solidão e de morte os centímetros quadrados de tortura as cores do sangue até à sua final cor de terra

Uma vez mais o infinito combate as batalhas aquelas que se ganharam e essas outras humildes perdidas e de que não se quer falar [...]

Uma vez mais a ida e o regresso e agora a esperada fadiga entre duas altas montanhas num chão de pedra onde a sombra de repente fica enquanto o corpo se dissolve no ar [...]

E uma criança objetiva se aproxima e estende as mãos para a sombra que fragilmente retém o contorno ainda mas não já o cheiro do corpo sumido

Uma vez mais o impossível ficar ou a simples memória de ter sido [...]

Consoante se conclui de nada haver debaixo da sombra que a criança levanta como uma pedra esfolada (*O ano de 1993* 71-72)

Recupero e continuo a reflexão que iniciei antes do comentário ao poema 19: ceticismo saramaguiano desesperado no que tem a ver não apenas com a sociedade humana, mas também com a chamada “natureza humana”. Nenhuma ciência, nenhuma filosofia, nenhuma teologia propôs ainda uma definição convincente para esta expressão, que encerra uma das questões mais insolúveis do humano. Não necessitamos de estar muito atentos para vermos Saramago, em crise permanente, a querer compreender o ser humano e a sua tendência para o mal. É esta uma crise pessoal e íntima que a obra não só reflete mas também amplia e coloca no plano da intervenção social, política e cultural. Estas palavras de 2001 são sintomáticas do enfrentamento contínuo de Saramago consigo próprio e com as sociedades, as culturas e o ser humano: “Sou bastante cético em relação à natureza humana, tão cético que nem acredito que haja uma natureza humana. Mas seja isso o que for, acredito que se podem criar situações, estados de espírito, determinações que podem converter as mesmas pessoas pouco generosas ou nada generosas em solidárias em certas circunstâncias” (Gómez Aguilera 158). Do mesmo ano, este apontamento situa-nos bem no âmbito da lucidez de José Saramago, que desconstrói a tese rousseauiana do bom selvagem e ao mesmo tempo o maniqueísmo judaico-cristão: “Eu não creio na bondade da natureza humana. Para que um pobre bom se transforme em um rico mau não se necessita mais do que muito dinheiro. Não santifico o pobre” (Gómez Aguilera 325). De considerações como esta podemos extrair o entendimento saramaguiano de natureza humana: as capacidades básicas, disposições e desejos que nos individualizam como espécie e que formam um todo indissolúvel com os ambientes sociais e culturais que vamos criando e alterando. A máxima “Às negruras da mente humana tudo é possível” (*O caderno* 195), escrita quase a fechar um texto sobre “o mau trato conjugal ou paraconjugal” (*O caderno* 195), ilustra bem esta relação intrincada entre o coletivo e o individual, o público e o privado, a cultura e a biologia (os sentimentos negativos).

Embora sem ter alguma vez vivido os horrores que Primo Levi experimentou em Auschwitz, onde esteve como prisioneiro um ano, José Saramago dedicou grande parte da sua vida a pensar sobre o mal, a representá-lo literariamente e a refletir sobre o que o desencadeia e como podemos diminuir a sua força. Tal como intelectuais como Tzvetan Todorov, Saramago sabe que “recordar el pasado puede ser saludable

contra la propagación del mal” (Todorov 269). Não se trata de uma afetação ou de uma mania de quem se fez escritor contra o que a infância, a juventude e a primeira vida adulta lhe pareciam destinar (uma vida sem livros e sem letras), mas de uma convicção que a História não desmente: a guerra expõe e alarga a tendência do ser humano para a violência, que é, por sua vez, desencadeada pela atração individual e coletiva pelo poder absoluto. Os sentimentos negativos e as paixões desmedidas acompanham as condutas humanas, e o mal que daí tem nascido (e continuará a nascer) tem em Auschwitz um dos seus cumes. Primo Levi, Todorov e Saramago não olham com indiferença ou desatenção para este estado de coisas e, por isso, elegeram o poder, a violência e o mal como os principais vértices da sua escrita, pensamento e ação pública. Estes cidadãos e escritores sabem que “el simple recuerdo del mal no basta para prevenir su regreso” (Todorov 271); importa que “el recuerdo vaya acompañado de una interpretación y de unas instrucciones de uso” (Todorov 271), que é precisamente o que os três (e outros/as) fazem, vendo e experienciando, cada um à sua maneira, os mais fundos abismos da miséria humana, sem que a maldade do mundo tenha sido capaz de os fazer renunciar à razão.

2.3. “Levantado do Chão”: o lacaio-escravo do bidão. A morte e a escravatura no latifúndio alentejano e no “Lager” alemão

No romance *Levantado do chão*, a palavra “escravatura” surge, por duas vezes, num diálogo entre duas vozes não identificadas, provavelmente o narrador, feito personagem que deambula pelo latifúndio, e uma personagem criada para com ele conversar. O narrador-personagem vê um homem ao longe, sozinho e sem qualquer instrumento de trabalho, “sem enxada nem enxada, sem machado nem podão” (*Levantado* 286), e resolve saber o que faz ele ali e quem é. O interlocutor diz-lhe que se trata de um destes “lacaio que vestem como qualquer de nós, não como o senhor, que é da cidade, a gente aqui só os distingue pelos atos” (*Levantado* 287). Neste diálogo (de síntese sobre as origens da propriedade privada, no fundo) entra a história do latifúndio, o endividamento dos pequenos proprietários, a apropriação progressiva da terra por quem a podia comprar, os desmandos destes e a submissão de quem para eles trabalhava. Os dois “passeantes” (*Levantado* 289) fixam-se num episódio que tem tanto de caricato (ou de piedoso, dependendo da perspetiva que assumirmos) como de trágico. O “lacaio”, com grande custo, sujeito a matar-se pela encosta abaixo, como já quase aconteceu (diz o interlocutor do campo), transporta às costas um bidão:

É um bidão, o bidão é o alvo de que se servem os donos disto e do lacaio, Mas a escravatura já acabou, Isso é o que o senhor julga, Mas como é que uma pessoa se sujeita, Pergunte-lhe, E é que pergunto mesmo, olhe lá, homem, que leva você aí às costas, É um bidão, Mas ele está todo esburacado, não serve para água ou outros líquidos, será para o encher de pedras, É o alvo dos meus patrões Alberto e Angilberto, eles disparam, eu vou buscar o bidão para se

contar o que acertaram e erraram, e depois torno a ir pô-lo no mesmo sítio, e quando o bidão já está feito num crivo, levo outro, é assim, E você sujeita-se. (*Levantado* 287-288)

A pergunta fica sem a resposta de quem a poderia dar com plena autoridade, mas não sem um comentário do narrador que equivale à surda voz interior do “lacaio”. Entenda-se por “voz”, neste contexto, sobretudo o sentimento de humilhação e de perda infinita de quem, para prover às suas necessidades, é obrigado a deixar que o reduzam à escravidão; sentimento, que se desprende destas palavras, radicado no mais fundo (a pedra) do espírito daquele homem:

O mundo está de maneira que nem se pode conversar, põem-se do outro lado Alberto e Angilberto aos gritos, impacientes pela demora exagerada, daqui a pouco faz-se tarde e ainda aí temos duas caixas de balas, vão ralhar com o lacaio, e o pobre sujeitado atravessa o vale a trote curto, passa a ponte, o bidão é uma enorme corcova cor de ferrugem, e agora subindo a encosta do outro lado o que se vê daqui não é um homem, é um escaravelho. Então, continua a pensar que a escravatura já acabou, Parece impossível, E a dar-lhe, que sabe o senhor de impossibilidades, Ando a ver se aprendo. (*Levantado* 288)

Não se trata, em *Levantado do chão*, de escravatura *stricto sensu*, embora haja mais semelhanças do que diferenças entre o latifúndio e essa prática social de posse total de um ser humano por outro. Distingo, aqui, escravatura, no sentido de domínio sem restrições, de escravidão (palavra que empreguei acima), enquanto dependência, servidão sem posse legal sobre o corpo. O escravo é impedido de ter qualquer propriedade mobiliária e fundiária, e não dispõe minimamente da sua pessoa nem de praticar as suas tradições, os seus usos e costumes; o camponês do latifúndio possui não mais do que alguns utensílios básicos e uns poucos trastes que cabem numa carroça, mas é senhor de si, posto que apenas num plano jurídico muito abstrato, e não se vê privado dos seus rituais sociais, comunitários, festivos. Une-os, também, a inferioridade natural que lhes é atribuída por quem detém o poder e que vem do fundo dos tempos (recordemos: Aristóteles, em *Política*, diz que os senhores têm necessidade de escravos, e que estes nasceram para serem comandados, tal como os primeiros para comandar, e que isso, obra da natureza, é bom e justo, tal como defendia Platão. Mais: Aristóteles discordava abertamente daqueles que consideravam tal diferença, imposta pela violência, injusta e contra a natureza).

O latifúndio alentejano constituiu um problema para o pensamento progressivo português (e não só) e uma questão cristalizada para a ortodoxia fascista e afim. Em *Levantado do chão*, a palavra “latifúndio”, repetida dezenas de vezes ao longo do romance, é, acauteladas as diferenças, sinónimo de “escravatura”. Este vocábulo e o seu conceito nem sempre foram, como hoje, escandalosos. A escravatura era uma prática e uma visão do mundo comum e, mesmo quando alguém a reprovava,

não estava necessariamente a pensar na sua abolição (que foi, como é sabido, um processo lento). Saramago é exímio a descrever literariamente as competências do ser humano para uma crueldade que se reinventa sem cessar. O episódio do laçao do bidão é paradigmático desta capacidade saramaguiana de dizer repetidamente o seu repúdio moral perante o mal extremo, como se fosse sempre a primeira vez e sem cair na banalidade e no lugar-comum. Tal como um escravo e como um inseto (um escaravelho, um escaravelho-homem), o laçao é usurpado da possibilidade de se transformar em outro, de ser radicalmente livre em si, como é (ou deveria ser) próprio de cada ser humano. O escravo, enfatiza Elias Canetti, é “*animal e propriedade*” (Canetti 464. Sublinhados no original); propriedade não enquanto objeto inanimado, antes enquanto animal que obedece a ordens. O agrado dos senhores de escravos é tanto maior quanto mais bem definidas, duras e monótonas forem as tarefas que eles atribuírem, acrescenta Canetti, que também escreve: “Desde o início deverá ter havido dois tipos de escravos: um tipo solitário como um cão doméstico que está ligado ao seu dono, e um em que eles estariam juntos como rebanhos nos campos. Estes mesmos rebanhos devem ser considerados obviamente como os escravos mais antigos” (Canetti 465).

O laçao do bidão é este escravo solitário, tão animal quanto os outros que trabalham no latifúndio como animais num rebanho. Aquele e estes, que a mestria de Saramago torna inesquecíveis, são uma confirmação destas palavras de Canetti, por sua vez demonstradas por séculos de inúmeras modalidades de escravatura: “O desejo de converter homens em animais é o mais forte impulso para a expansão da escravatura (para Aristóteles, o escravo era, tal como um animal doméstico, útil; aliás, era mais indispensável do que o animal, por ser melhor do que este). Não se deve subestimar a energia deste desejo, nem a do seu oposto: o de transformar animais em homens” (Canetti 465). O que a seguir afirma Canetti tem igualmente expressão na obra e nas ideias de Saramago: “Estes últimos agradecem a sua existência a grandiosas construções intelectuais, como as dos teóricos da metempsicose e do darwinismo, mas também a divertimentos populares, como a exibição de animais adestrados” (Canetti 465). Implícito neste apontamento está o conceito de especismo, esse tão antigo quanto persistente “preconceito ou atitude de discriminação em favor dos interesses dos membros da sua própria espécie e contra os membros de outras espécies» (Singer 6). A questão da crueldade do humano sobre o não-humano é central em José Saramago, que se lhe dedica com todos os seus recursos de escritor e de militante ativo pelos direitos quer do ser humano, quer da vida não-humana e do ambiente em geral (ao contrário do que pensam aqueles que, sem o lerem, o acusam de ser estalinista). Como ligação às palavras de Canetti, veja-se esta passagem de *A viagem do elefante* (2008):

As pessoas estão muito enganadas a respeito dos elefantes. Imaginam que eles se divertem quando são obrigados a equilibrar-se sobre uma pesada esfera metálica, numa reduzida superfície curva em que as patas mal conseguem encontrar apoio. O que nos vale é o bom feitio dos elefantes, especialmente

dos oriundos da Índia. Pensam eles que é preciso ter muita paciência para aturar os seres humanos, inclusive quando nós os perseguimos e matamos para lhes serrarmos ou arrancarmos os dentes por causa do marfim. Entre os elefantes recordam-se com frequência as famosas palavras pronunciadas por um dos seus profetas, aquelas que dizem, Perdoai-lhes, senhor, porque eles sabem o que fazem. Eles somos todos nós, e em particular estes que aqui vieram só pela casualidade de o verem morrer e que neste momento iniciaram o caminho de regresso a Valladolid, frustrados como aquele espectador que seguia uma companhia de circo para onde quer que ela fosse só para estar presente no dia em que o acrobata caísse fora da rede. (*A viagem* 142)

No mesmo romance, algumas páginas à frente, o tópico da conversão do animal naquilo que ele não é volta a ser motivo de *debate* (é o termo correto), com a posição do cornaca (e de Saramago) a não deixar dúvidas quanto ao seu repúdio pela perspectiva geral (a do jugo animal em nome da diversão humana): “Venho fazer-te um pedido, mas antes quero que me digas se o teu elefante é dos ensinados, Ensinado, o que se chama ensinado, no sentido de saber umas quantas habilidades de circo, não o é, mas costuma comportar-se com a dignidade de um elefante que se respeita” (Saramago 2014a). Esta resposta inteligente e cautelosa do cuidador de Salomão contradiz milénios de comportamentos tirânicos exercidos pelo homem sobre o não-humano. Kant afirmou categoricamente que não temos deveres diretos em relação aos animais, porque estes não têm autoconsciência e são apenas meios para alcançar um fim, que é o homem (Kant 239-240). Estas palavras do filósofo alemão, nas suas lições de ética, em 1780, mereceram nesse mesmo ano uma contundente crítica de Jeremy Bentham, que então concluía o livro *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (1780). A questão não estava em saber se os animais podem *raciocinar* ou *falar* (note-se a ironia), mas antes se podem sofrer, considerava Bentham, que comparava a sorte dos animais à dos escravos negros e desejava o que ainda hoje está, quase completamente, por cumprir:

The day has been, I grieve to say in many places it is not yet past, in which the greater part of the species, under the denomination of slaves, have been treated by the law exactly upon the same footing as, in England for example, the inferior races of animals are still. The day may come, when the rest of the animal creation may acquire those rights which never could have been withholden from them but by the hand of tyranny. The French have already discovered that the blackness of the skin is no reason why a human being should be abandoned without redress to the caprice of a tormentor. (Bentham 353)

Peter Singer escreveu que «Bentham foi talvez o primeiro a denunciar “o domínio do homem” como tirania, não o considerando governo legítimo» (Singer 2008: 190). Saramago, herdeiro autêntico de Bentham, é *primus inter pares* na denúncia

ativa da crueldade gratuita que os homens levam a todos os seres vivos, humanos e não-humanos. A ideia de privação dos direitos naturais dos camponeses alentejanos tem no episódio do laçao-escravo de *Levantado do Chão* um dos seus muitos momentos, cujas imediatas correspondências na realidade são infinitas. O desejo de transformar homens em animais une os Gilbertos, Adalbertos, Norbertos e outros Lambertos do primeiro romance de projeção internacional de José Saramago. Este impulso intervém na expansão da escravatura histórica, tal como a defini atrás, e Saramago, neste romance de histórias de vida e de história político-social, nesta ficção signo de vida e de ação, dá-lhe o merecido relevo enquanto fator humano que tem participado na História enquanto *continuum* de catástrofes e sofrimentos indescritíveis. Em *Levantado do chão*, depois de noutros géneros ter já afrontado a questão do mal (político, social, religioso, humano), Saramago não está a procurar escalas para o padecimento humano. O que o escritor pretende determinar não é o grau, porque todo o suplício humano extremo e desnecessário é *inenarrável*, segundo um termo que Saramago usou para, por exemplo, como vimos, classificar os males praticados em nome de Deus. Interessa-lhe provar que querer possuir tantos escravos como os que há num dócil e numeroso rebanho é, como escreveu Canetti, uma força a não subestimar. Este desejo de domínio é, no essencial, o mesmo que desencadeia a criação dos campos de trabalho e de extermínio, sobre os quais a obra-prima incontestável continua a ser *Se isto é um homem* (1947), de Primo Levi. A expressão “campos de morte”, no início da segunda frase desta passagem de *Levantado do chão*, que cito já extensamente para me ser mais fácil avançar a seguir para outros pontos fulcrais da minha argumentação, será suficiente para fazer reverberar na mente de alguns leitores a mensagem de Levi e de outros sobreviventes do Holocausto e dos *gulags* (como Aleksandr Soljenítsin), bem como o magistral testemunho de Dostoievski, em 1860-61, sobre os campos de trabalhos forçados russos, no livro *Recordações da casa dos mortos*:

Pela noite fora, nos aposentos, ouve-se o suspirar e o gemer destes aflitos, a cocceira ansiosa das unhas pretas e duras na pele que já sangra, enquanto outros batem o queixo com tremuras e levantam para o telhado os olhos vidrados de febre. Não há muita diferença entre isto e campos de morte, apenas se rebenta menos, provavelmente por causa da caridade cristã e correlativo interesse que fazem com que os patrões, quase todos os dias, carreguem de miséria sarnosa e febril as camionetas e a transportem para o hospital de Elvas, hoje uns, amanhã outros, é um corrupio de ir e vir, e os pobres vão como mortos, o que vale a todos é a milagrosa medicina que em três ou quatro dias os põe como novos, fraquíssimos e trémulos de pernas, mas quem se preocupa com essas insignificâncias, tu tens alta, tu também, e tu, e tu, é assim que os médicos nos tratam, e torna a camioneta a despejar no monte a carga com a saúde a meio pau, é uma empreitada, não se pode perder tempo, Está melhor, meu pai, perguntou Amélia, e ele respondeu, Estou, sim, filha, como se vê não há nada mais simples. (*Levantado* 282)

Com o episódio do laçao do bidão, escravo “dos donos disto e do laçao” (*Levantado* 288), e com a descrição da espécie de campo de morte que o latifúndio é, Saramago não pretende, como é óbvio, reivindicar a novidade absoluta do mal no latifúndio alentejano, o que equivaleria a discordar destas bem conhecidas palavras de Hannah Arendt: “Não há paralelos à vida nos campos de concentração. O seu horror não pode ser inteiramente alcançado pela imaginação justamente por situar-se fora da vida e da morte” (Arendt 589). O latifúndio é lugar de sofrimentos e injustiças inenarráveis, mas, ainda assim, o direito não está dele totalmente ausente. Apesar de tudo, a ditadura salazarista não é o totalitarismo nazi. Já “Na estrutura político-jurídica do campo” (*Meios* 41), nota Giorgio Agamber, o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito. O *lager* é dotado de uma configuração espacial permanente que se afasta em tudo da condição normal da lei e da política minimamente pluralista.

José Saramago visa termos de comparação entre a matéria narrada no romance e a realidade mais ampla, portuguesa e universal. A escravatura é um tema português e lusófono, colonial e pós-colonial, mas também, tal como o campo de concentração nacional-socialista, assunto universal. A escravatura e esses campos, assim como o horror de Hiroxima e Nagasáqui e qualquer sistema concentracionário, maior ou menor, são património da humanidade, memória do que não se deve(ria) repetir. No excerto anterior vibra o tom único do discurso literário que Saramago descobriu em *Levantado do chão*, que é, como a narrativa-testemunho *Se isto é um homem*, um romance sobre a facilidade com que o mal se instala e permanece. A linguagem e a atitude dos narradores são radicalmente diferentes, e distintos são os contextos histórico-políticos. Primo Levi é um narrador que testemunha, comenta e constrói uma narrativa que se lê como um romance autobiográfico e, ao mesmo tempo, como um trabalho de sociologia dos campos de concentração nazis e um tratado de antropologia do mal. Veja-se o seguinte, sensivelmente a meio do livro, para se perceber estas minhas palavras e também para anunciar já um diálogo, alguns parágrafos adiante, com personagens e momentos capitais de *Levantado do chão*:

Eles são o produto típico da estrutura do *Lager* alemão: ofereça-se a alguns indivíduos em estado de escravidão uma posição privilegiada, um certo bem-estar e uma boa probabilidade de sobreviver, exigindo em troca a traição da solidariedade natural para com os seus companheiros, e certamente haverá quem aceite. Este será subtraído à lei comum, e tornar-se-á intangível; será por isso tanto mais odioso e odiado, quanto mais poder lhe for atribuído. Se lhe confiarem o comando de um manípulo de desgraçados, com direito de vida ou de morte sobre eles, será cruel e tirânico, porque perceberá que, se não o for suficientemente, outro, considerado mais apto, tomará o seu lugar. Para além disso, acontecerá que a sua capacidade de odiar, que ficou insatisfeita em relação aos opressores, cairá, injustificadamente, sobre os oprimidos; e sentir-se-á satisfeito ao descarregar sobre os seus subalternos a ofensa que recebeu dos que estão acima dele. (*Se isto é um homem* 101)

Primo Levi escreve à maneira clássica, com correção e beleza (diga-se de passagem), e com uma inteligência que o excerto anterior, só por si, ilustra. José Saramago é um narrador intrépido, irrequieto e não menos lúcido do que Levi. Saramago, sarcástica e carnavalescamente, traduz e afronta o poder arbitrário numa linguagem plurivocal, em que entram as palavras do narrador, as das personagens e as do poder, cujo ponto de vista ele finge, por momentos, subscrever. Primo Levi adota uma perspectiva de quase observador externo, de testemunha que se despoja, tanto quanto possível, do lugar de vítima cuja raiva seria mais do que aceitável. Mas há grandes semelhanças entre o que os dois narram, apesar de um ser sobretudo memorialista (Levi), o outro principalmente ficcionista (se bem que Saramago escreva a partir de extensos apontamentos que ele próprio recolheu no Lavre). O trabalho e o dia a dia no latifúndio, com as correspondentes doenças e mortes, lembra os suplícios dos campos de concentração. Os camponeses alentejanos, ressalvadas (insisto) as devidas diferenças, são como que o povo real escravizado, torturado e aniquilado (os judeus, mas não só) de *Se isto é um homem*. A morte, no latifúndio e no *Lager*, é o perigo supremo e o poder derradeiro daqueles que detêm o poder político (e a força militar e policial): o poder daqueles que, dito em linguagem conhecida da biopolítica, dispõe do direito de vida e de morte sobre os outros. “Isto é o inferno” (*Se isto é um homem* 19), escreve Primo Levi, que continua de um modo em que se nos revela, como noutros momentos ao longo do livro, com os seus recursos de romancista sensível aos matizes do espírito humano:

Hoje, nos nossos dias, o Inferno dever ser assim, um local grande e vazio, e nós, cansados de estar de pé, com uma torneira a pingar água que não se pode beber, esperamos algo sem dúvida terrível e nada acontece e continua a não acontecer nada. Como pensar? Já não se pode pensar, é como estar já morto. Alguns sentam-se no chão. O tempo passa gota após gota (*Se isto é um homem* 19).

Selecionei esta passagem pela convergência que nela existe com uma outra de Saramago, visível tanto na referência ao “inferno” como na descrição dos prisioneiros e dos camponeses, uns e outros em situação-limite de exaustão e equiparados a quase-mortos e a fantasmas; humilhados, degradados e reduzidos a pouco mais do que vísceras, corpos habitados por dores e parasitas. São corpos nus, “vida nua” (Agamben, *Homo sacer*), mera existência biológica, no sentido foucaultiano e agambeniano. Nos estados tendencialmente totalitários ou não-democráticos, nos estados de exceção, a existência política, inerente a todos os seres humanos (como sustenta Aristóteles, que relevou como o ser humano passou, graças à linguagem verbal, de ser vivente a animal político), é anulada por técnicas políticas que animalizam o humano:

Diga-se agora que o inferno não é longe. São cento e cinquenta homens e mulheres, divididos em cinco ranchos, e esta condenação durará dezasseis semanas, é uma safra de sarna e de febres, uma empreitada de sofrimento,

mondar e plantar desde o sol que ainda vai nascer ao sol que já se foi embora, e quando a noite começa são cento e cinquenta fantasmas que se arrastam até ao monte onde tem quartel, homens para aqui, mulheres para ali, mas todos por igual coçando a sarna dos canteiros alagados, todos curtindo as febres do arrozal. (*Levantado* 282)

O paralelismo entre os campos de morte e o latifúndio, entre a Alemanha de Hitler e o Portugal fascista, entre Hitler e os proprietários das terras, e entre a História e as histórias de gentes comuns, estabelece-se, não menos diretamente, na alusão irónica e caricatural a Hitler Horques Alemão, quando o narrador se refere à “guerra que começou agora na Europa” (*Levantado* 124):

um Hitler Horques Alemão mandará ajuntar crianças de doze e treze anos para fazer delas os últimos batalhões da derrota, com fardas que lhes caem dos braços e enrolam nas pernas, também manipaços, e boa arma de coice, sem ombro que a aguente, e isto é o mesmo que clamarem os patrões do latifúndio que já não há crianças de seis e sete anos para irem guardar os porcos ou os perus, aonde vai isto parar se não ganham os garotos o seu sustento, dizem-no eles aos brutos pais que já deram o sangue e os cruzados e ainda não entenderam nada, ou começam a desconfiar, como desconfiaram noutra século das esquivanças de sua majestade. (*Levantado* 124)

“Tudo isto são males, e grandes males” (*Levantado* 124), continua, um pouco mais abaixo, a voz narradora. Esta não é uma afirmação meramente dramática e plangente; é um testemunho, entre magoado e revoltado, contra os caminhos e as cumplicidades da História na construção do mal, de que Auschwitz é a prova e o símbolo do terror e da crueldade sem limites e, nos termos de morte industrializada em que aconteceu, inimaginável. Na verdade, contra a crença de que uma tal violência seria impensável e impossível na contemporaneidade, diz-nos Giorgio Agamben: Auschwitz é a evidência indesmentível e trágica de uma das formas que a lei pode assumir no território político (não apenas no espaço político nazi). Esse território é não a maravilhosa (e utópica) cidade de todos e para todos, a *pólis*, mas antes o *lager*, o campo de concentração:

O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra [...]. Na medida em que os seus habitantes foram despojados de todo o estatuto político e reduzidos integralmente à vida nua, o campo é também o mais absoluto espaço biopolítico jamais realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. (*Homo sacer* 175)

O latifúndio alentejano é, em *Levantado do chão*, a antecâmara de um campo de morte, que se caracteriza pela total ausência de normas. O romance é literatura

de testemunho, obviamente não à maneira de livros como *Se isto é um homem*, mas testemunho mediado por um narrador-autor que ouviu relatos de quem viveu os acontecimentos de que se compõe a obra: relatos sobre uma administração político-teológica que estabelecia uma ordem regida por vontades arbitrárias e totalitárias. Primo Levi mostra, participa, mas não julga nem condena; Saramago dá a ver, comenta, julga, dá razão a Theodor Adorno: depois de Auschwitz, a poesia (a literatura) não é mais possível, ou é-o, segundo Saramago, enquanto literatura que se institui no espaço que resta da biopolítica e do estado de exceção que nos ameaçam continuamente. Daí *Levantado do chão* ter tanto de literário (ficção) como de investigação histórico-sociológica e de reflexão ético-política.

3. Auschwitz, se não nos soubermos precaver, repetir-se-á, diz Saramago

O problema do mal é uma das mais fortes raízes (de pensamento e de ação) a partir das quais toda a obra literária de José Saramago nasce e se ramifica. Por isso, é natural que o fenómeno Auschwitz tenha estado sempre presente na mundividência de José Saramago. Para além de todas as novidades de género e de composição estrutural e temática que esta escrita contém, em particular um estilo único em toda a história da literatura universal, nela contraria-se um princípio: o da irreduzível fragmentação e ininteligibilidade do mal. Mas em Saramago não se questiona menos o contrário deste postulado: o de que o mal é, maniqueisticamente, monolítico e reconhecível (no outro). Este problema, que parece ser cada vez mais próprio da contemporaneidade, não tem em Saramago, nem poderia ter, uma solução definitiva e unívoca. Todavia, inspirada na unidade, na persistência e na eloquência das palavras do cidadão e do escritor José Saramago, a nossa capacidade de compreender o mundo e de agir nele pode ganhar muito em clarividência e vigor. Se nos resignarmos a ver no mal um problema em tudo ininteligível e insolúvel, ou uma manifestação fácil de compreender e extirpar, por aceitarmos que ele, nas instituições e em cada um de nós, está em todo o lado e em lado nenhum, deixaremos, em definitivo, de o saber discernir. Não temos de nos submeter à combinação moderna entre uma sociedade patriarcal opressiva e uma sociedade ultraliberal e neocolonialista desumana, e entre um bom e um mau selvagem. Esta é uma fórmula simples (mas esclarecedora) por que Saramago sempre se regeu.

OBRAS CITADAS

- Agamben, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Editora da UFMG, 2002.
- Agamben, Giorgio. *Meios sem fim: Notas sobre a política*. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Autêntica, 2015.
- Arendt, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. Companhia das Letras, 2011.

- Bakhtin, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5.^a ed. Forense Universitária, 2018.
- Bentham, Jeremy. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Dover Publications, 2007.
- Bettelheim, Bruno. “Foreword”, *Auschwitz: A Doctor’s Witness Account*. Miklos Nyiszli (ed.). Translated by Tibère Kremer and Richard Seaver. Foreword by Bruno Bettelheim. Arcade Publishing, 1960, pp. 5-23.
- Canetti, Elias. *Massa e poder*. Tradução de Paulo Osório de Castro e Jorge Telles de Menezes. Cavalo de Ferro, 2017.
- Fonseca, Manuel da. “Prefácio”. *Cerromaior*. 5.^a ed. revista e prefaciada pelo autor. Editorial Caminho, 1982, pp. 9-21.
- Gómez Aguilera, Fernando (edição e seleção). *José Saramago nas suas palavras*. Tradução dos textos em espanhol, francês e italiano de Cristina Rodrigues e Artur Guerra. 2.^a ed. Editorial Caminho, 2010.
- Kant, Immanuel. *Lecture on Ethics*. Translated by L. Infield. Harper Torchbooks, 1963.
- Levi, Primo. *Se isto é um homem*. Tradução de Simonetta Cabrita Neto. Público Comunicação Social, 2002.
- Levi, Primo. *Os que sucumbem e os que se salvam*. 2.^a ed. Tradução de José Colaço Barreiros. Publicações Dom Quixote, 2019.
- Levi, Primo. *Assim foi Auschwitz: Testemunhos 1945-1986* [com Leonardo De Benedetti]. Organização de Fabio Levi e Domenico Scarpa. Tradução de Federico Carotti. Objectiva, 2020.
- Neiman, Susan. *O mal no pensamento moderno. Uma história alternativa da filosofia*. Tradução de Vítor Matos. Gradiva, 2005.
- Rousset, David. *L’Univers Concentrationnaire*. Les Éditions de Minuit, 1989.
- Saramago, José. *Deste mundo e do outro*. Editora Arcádia, 1971.
- Saramago, José. *O caderno. Textos escritos para o blog. Setembro de 2008 – Março de 2009*. Editorial Caminho, 2009.
- Saramago, José. *A viagem do elefante*. 10.^a ed. Porto Editora, 2014a.
- Saramago, José. *Levantado do chão*. 20.^a ed. Porto Editora, 2014b.
- Saramago, José. *Os poemas possíveis*. 9.^a ed. Porto Editora, 2014c.
- Saramago, José. *Cadernos de Lanzarote – Diário II*. 3.^a ed. Porto Editora, 2016a.
- Saramago, José. *O ano da morte de Ricardo Reis*. 22.^a ed. Porto Editora, 2016b.
- Saramago, José. *O ano de 1993*. 4.^a ed. Porto Editora, 2018.
- Singer, Peter. *Libertação Animal*. Nova edição revista. Tradução de Maria de Fátima St. Aubyn. Via Óptima, 2008.
- Todorov, Tzvetan. *La Experiencia Totalitaria*. Traducción de Noemí Sobregués. Círculo de Lectores / Galaxia Gutenberg, 2010.